

A Participação da Mulher no Mercado de Trabalho da RMS nos anos 90

Ângela Borges*

Iracema Brandão Guimarães**

Nas três últimas décadas ocorreram mudanças que, em conjunto, levaram a um intenso movimento de homens e mulheres entre as diferentes esferas da atividade econômica que estruturam o mundo do trabalho. Na medida em que esse movimento aponta a existência de desigualdades de acesso ao trabalho, também aponta a importância das relações de gênero que permitem discuti-las. Sendo assim, as discussões sobre o tema, além de destacar o intenso acesso das mulheres ao mercado de trabalho, buscam responder à questão de até que ponto este processo, contínuo e diversificado, anuncia uma redução das desigualdades.

No que se refere à crescente participação das mulheres na oferta de força de trabalho, é interessante lembrar que esta resulta, de modo genérico, das mudanças ocorridas nas relações entre as esferas pública e privada ou entre as esferas da produção e da reprodução. Como se sabe, nestas últimas se localizam a família e a esfera doméstica, onde as mulheres atuaram de modo exclusivo por longo período. A sua saída desse mundo exclusivo - como resultado das transformações históricas que ocorreram na esfera privada, na organização da família e na realização das atividades domésticas - implicou sua crescente liberação e atuação em uma esfera pública, em que se inclui o mercado de trabalho. Esse processo constitui, então, um dos mais instigantes objetos de reflexão, tanto para o âmbito dos estudos sobre gênero e movimentos de mulheres, como dos estudos sobre o trabalho.

Visando contribuir para esses debates, o objetivo deste artigo é empreender uma rápida análise dos principais traços da participação feminina no mundo do trabalho nos primeiros anos da década de 90, tomando como exemplo o caso da Região Metropolitana de Salvador - RMS.

A base de dados utilizada será a PNAD, particularmente

as de 1992 e 1995 que disponibilizam um amplo leque de informações desagregadas segundo a variável sexo, interpretada como relações de gênero. A análise desse período já permite captar as principais mudanças da inserção feminina no mercado de trabalho, tanto provocadas pelas mudanças acima mencionadas como pelas transformações decorrentes dos processos de abertura da economia, da reestruturação produtiva e da estabilização econômica que marcaram a primeira metade dos anos 90.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, serão tecidas algumas considerações sobre as características estruturais do mercado de trabalho na RMS e o seu comportamento na primeira metade da atual década. Na segunda, serão analisadas as taxas de participação feminina no período 1981/89 e 1992/95, bem como a evolução da ocupação e da desocupação das mulheres no período 1992/95. Na terceira parte procurar-se-á qualificar o perfil da ocupação feminina na década de 90, a partir da análise do incremento das ocupadas entre 1992 e 1995, buscando identificar quais as novas tendências que se delineiam nesse período. Por fim, à guisa de conclusão, discute-se o significado das tendências assinaladas, num contexto de precarização generalizada do mercado de trabalho, gerado pelo capitalismo globalizado.

O mercado de trabalho metropolitano nos primeiros anos da década de 90

O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador apresentou algumas características particulares na primeira metade dos anos 90. Primeiramente, registrou o maior incremento relativo do número de ocupados dentre as regiões metropolitanas do país, com um crescimento de 18,5% do estoque de ocupados e uma taxa de crescimento de 5,8% ao ano entre 1992 e 1995. Em segundo lugar, observou-se uma redução da taxa de desocupação regional que se mantém, entretanto, como a taxa mais elevada dentre todas as regiões metropolitanas pesquisadas nas PNADs.

Esse aparente paradoxo é explicado pelos comportamentos da oferta e da demanda por mão-de-obra no mercado de trabalho da RMS, no período em questão e por alguns traços estruturais deste mercado.

Do lado da oferta, observa-se que os excedentes

estruturais de mão-de-obra que sempre caracterizaram o mercado de trabalho metropolitano continuam se ampliando, apesar da drástica redução da taxa de crescimento da população da RMS (de 3,19% a.a na década 80 para 1,68% entre 1991 e 1996).

Apesar de muito mais baixa que no passado, a taxa de crescimento da população total da RMS ainda se mantém num patamar elevado para os padrões atuais, o que pode estar indicando que esta região persiste como um dos pólos de atração de fluxos migratórios, principalmente do Nordeste e do próprio Estado.

Observe-se ainda que a população em idade ativa vem crescendo a taxas ainda elevadas por várias razões, dentre as quais se destacam as seguintes:

- gerações numerosas, nascidas antes da acentuação da queda da fecundidade, estão chegando à idade de trabalhar, atingindo os grupos etários onde são mais elevadas as taxas de atividade. Trata-se da onda jovem, fenômeno presente principalmente nas áreas mais urbanizadas do país e que deve se estender por mais uma década;
- a redução dos níveis de mortalidade e o aumento da esperança de vida contribui para aumentar o estoque de pessoas em idade ativa;
- o fator imigração que, segundo informações preliminares, estaria contribuindo para aumentar a pressão sobre o mercado de trabalho regional. Dados da contagem de população de 1996 recentemente divulgados mostram, para a RMS, contingentes elevados de pessoas que não residiam no mesmo município em 1991: Salvador, 136 mil; Lauro de Freitas, 26 mil; Camaçari, 21 mil e Dias D'Ávila, 6.600. Esses números, evidentemente, não correspondem ao saldo migratório e certamente estão embutindo mudanças de domicílio dentro da própria RMS, mas são um indicativo importante da chegada de migrantes, na sua maior parte em idade de trabalhar e à procura de trabalho.

Assim, a expansão da oferta está evidenciada também no crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) da ordem de 5% a.a entre 1992 e 1995, o que equivale a mais 176 mil pessoas no mercado de trabalho regional - num estoque de 1.063 mil pessoas em 1992 - em apenas 3 anos. Este crescimento da PEA é explicado tanto por mudanças na estrutura etária provocadas pela transição demográfica em curso que implicam o aumento do peso relativo da população em idade de trabalhar,

como por um aumento expressivo das taxas de participação.

Como veremos adiante, esse aumento das taxas de participação ocorre principalmente entre as mulheres adultas - como resultado do conjunto das mudanças que visamos destacar no presente artigo - e também das crianças, adolescentes e jovens, de ambos os sexos.

Importa acrescentar que esse crescimento expressivo da oferta de força de trabalho defronta-se com uma economia historicamente incapaz de gerar empregos/ocupações na proporção necessária para garantir baixas taxas de desemprego/desocupação. Este traço da economia metropolitana, já demonstrado em pesquisas e análises realizadas em décadas passadas, manifesta-se mais claramente nos anos 70/80 quando investimentos de porte, como os do Pólo Petroquímico de Camaçari e do setor público, e seus efeitos em outros setores de atividade propiciam uma acentuado crescimento do PIB em vários anos, acima da média nacional.

Apesar disso, não se reduziram os excedentes de força de trabalho, mantendo-se mais ou menos constante a proporção da PEA em atividades de baixa produtividade, tratadas na literatura ora como subemprego, ora como trabalho informal, bem como níveis elevados de desocupação/desemprego (Borges, 1993). São elucidativos deste quadro os dados da PME/IBGE: a partir de 1985 - e apesar dos investimentos do Pólo - a Região Metropolitana de Salvador disputa com a de Recife - região com uma economia muito menos dinâmica - a maior da taxa de



desemprego aberto dentre as regiões metropolitanas pesquisadas e mantém esta posição a partir de 1994.

Também os dados da PED, levantados em 1988/89, já colocavam a RMS na liderança das taxas de desemprego dentre as regiões onde a pesquisa é realizada. Esta pesquisa, retomada em 1996, evidencia que apesar do crescimento do desemprego ter sido menos expressivo na RMS do que em outras

áreas do país, mais fortemente afetadas pela reestruturação produtiva, como a região metropolitana de São Paulo, a sua taxa de desemprego segue sendo a mais elevada.

Vários fatores contribuem para determinar esta característica do mercado de trabalho regional, dentre os quais destaca-se a própria posição periférica da economia baiana e, como determinantes locais, o perfil da nossa indústria, centrada em ramos capital-intensivo e a elevada concentração da renda na região. Esta última característica, ao tornar extremamente restrito o mercado regional consumidor de bens e serviços, coloca obstáculos à expansão de inúmeras atividades urbano-industriais com maior potencial para a absorção de mão-de-obra e para propiciar níveis de salário/remuneração mais elevados que os auferidos pela maior parte dos trabalhadores da região.

Essa limitada capacidade da economia regional de gerar empregos - e sobretudo empregos de qualidade - vai ser agravada nos anos 90, quando um conjunto de mudanças associadas à abertura da economia e ao processo de reestruturação produtiva induz ajustes que redundam em drástica redução dos postos de trabalho no setor organizado da economia e, particularmente, na sua moderna indústria de transformação (Borges, 1996). Deste modo, as mudanças em curso nos anos 90 acabam por reforçar a já referida importância, na economia metropolitana, das atividades com baixa produtividade e ditas "informais" na absorção da oferta de mão-de-obra. Assim, apenas 38,9% das novas ocupações geradas entre 1992 e 1995 assumem a forma de emprego no setor privado ou no setor público e a maior parte do saldo do emprego é de vínculos sem registro em carteira, ocorrendo, neste período, uma redução absoluta do número de empregados com carteira assinada.

Principais mudanças da participação feminina no mercado de trabalho baiano

Os primeiros estudos realizados sobre a participação feminina no mercado de trabalho baiano já mostravam a sua importância: se em 1950 as mulheres constituíam 29% da PEA não-agrícola, em 1960 alcançavam 35% estabilizando-se em 32% entre 1970 e 1980 (ver Castro, Guimarães, 1987).

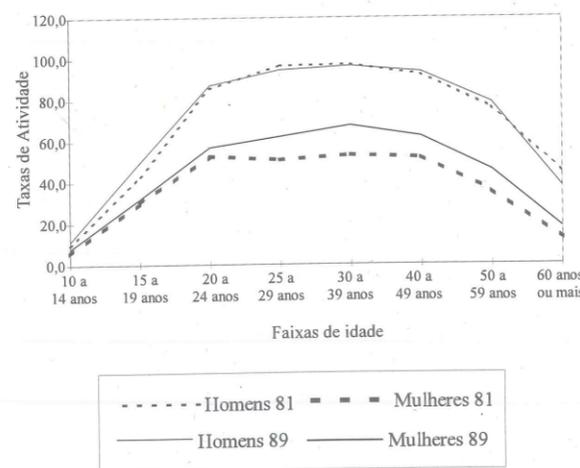
Nos anos seguintes, em termos comparativos, a tendência registrada para o Brasil é apontada por

Apenas 38,9% das novas ocupações geradas entre 1992 e 1995 assumem a forma de emprego no setor privado ou no setor público e a maior parte do saldo do emprego é de vínculos sem registro em carteira.

Bruschini (1996): a taxa de atividade feminina que em 1990 correspondia a 39%, em 1993 salta para 47%. Esse crescimento é bastante intenso para um período de três anos e é maior do que as taxas de atividades masculinas.

Acompanhando essa tendência nacional, na Região Metropolitana de Salvador ocorreu um aumento praticamente tão intenso quanto aquele: a participação feminina na atividade econômica é evidenciada na elevação das taxas de atividade em todas as idades (Gráfico 1). Assim, a taxa bruta de atividade salta de 37,4 para 45,9 entre 1981 e 1989, tendo as mulheres respondido por 48,9% do incremento da população economicamente ativa regional. No final desse período a PEA feminina somava 444 mil pessoas e representava 42% da PEA regional.

Gráfico 1
Taxas de atividade por idade e sexo, RMS
1981 - 1989



Fonte: IBGE - PNAD

Segundo o marco comparativo com a tendência nacional, observou-se que houve mudanças nas taxas de atividade feminina por idade, o que reflete a situação familiar das trabalhadoras e também a sua origem social. Assim, segundo Bruschini (1996), nos anos 80 houve uma ampliação da atividade feminina a partir dos 25 anos de idade, mas nos anos 90 e, especialmente, em 1993, os maiores aumentos das taxas de atividade das mulheres brasileiras passam a ocorrer entre as mulheres mais velhas: na faixa de 30 a 39 anos 64% das mulheres estão trabalhando como também trabalham 61% das brasileiras na faixa de 40 a 49 anos.

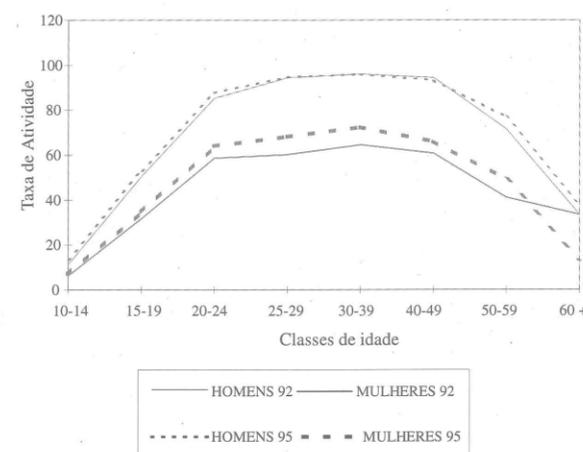
Segundo a autora, esse recente aumento da atividade das mulheres com mais de 30 anos pode ser explicado pelas seguintes tendências: a situação familiar deixa de ser obstáculo ao trabalho da mulher; os filhos dessas mulheres são também mais velhos do que entre as mulheres da faixa etária anterior, o que as libera para o trabalho; pode estar havendo retorno dessas mulheres ao mercado de trabalho após crescimento dos filhos. Discutindo as mesmas tendências, Rios (em Bruschini, 1996:494) argumenta que a criação dos filhos está perdendo impacto sobre a retirada das mulheres do mercado de trabalho, porque houve declínio dos valores associados a um número grande de filhos e um fortalecimento dos valores associados à própria atividade remunerada pelas mulheres.

Acompanhando-se a distribuição das taxas de atividade para a Região Metropolitana de Salvador, observa-se que, na década passada, os maiores aumentos na taxa de atividade ocorreram igualmente entre as mulheres de 25 a 49 anos, resultando, do mesmo modo, em um deslocamento do auge da vida produtiva feminina para as faixas etárias mais elevadas. Este movimento - impulsionado pelo empobrecimento da maior parte das famílias, numa década marcada pelo aprofundamento da crise estrutural da economia brasileira e por um intenso processo inflacionário - indica igualmente mudanças que confirmam em termos gerais as tendências nacionais: há um processo intenso de liberação das mulheres na esfera privada e a situação familiar não mais constitui obstáculo à realização de uma atividade remunerada.

Como constatamos de início, este aumento da atividade feminina, tanto em termos nacionais, como na

região de Salvador, foi intenso e contínuo, mantendo-se nos anos 90, segundo os dados das PNADs de 1992 e 1995 que registram ganhos nas taxas de atividade para todas as idades, com exceção das mulheres na faixa de 60 anos e mais de idade. (Gráfico 2)

Gráfico 2
Taxas de atividade por idade e sexo, RMS
1992 - 1995



Fonte: IBGE - PNAD

Entretanto, deve ser lembrado, como o faz Bruschini em relação ao crescimento das taxas de atividade nacionais, que as mudanças introduzidas nas PNADs dos anos 90 dificultam a comparação com os dados das pesquisas anteriores, sobretudo no que se refere ao trabalho feminino.

A partir de 1992, o conceito de trabalho passa a incluir as pessoas que exercem algum tipo de ocupação com duração de pelo menos uma hora por semana - nas pesquisas anteriores eram computadas como ocupadas apenas os entrevistados que trabalhavam 15 horas ou mais por semana -, bem como as pessoas que trabalham na produção para consumo próprio na agricultura e na construção civil. Estas mudanças explicam a maior parte do incremento da participação feminina entre 1989 e 1992. Quando não são consideradas, isto é, se subtrairmos do contingente das ocupadas em 1992 e 1995 as mulheres computadas segundo este novo conceito de trabalho, observa-se que, na RMS, a expansão da participação feminina se interrompe no início da atual

década, com a taxa bruta de participação recuando de 45,9 em 1989 para 41,8 em 1992 e voltando a crescer em 1995 (46,1).

Porém, se levamos em conta, exclusivamente, as mudanças ocorridas no período 1992/95 - considerando, portanto, um conceito abrangente de trabalho mais adequado para captar a atividade feminina - encontramos as seguintes tendências para a Região Metropolitana de Salvador.

Em primeiro lugar, observa-se um maior incremento relativo da população em idade ativa (PIA) feminina que da masculina - respectivamente, 10,3% e 6,2%. As mulheres respondem por nada menos que 64,7% do aumento da população metropolitana com 10 anos ou mais nesse período, o que significa que, independentemente do crescimento da taxa de atividade feminina, os contingentes de mulheres na PEA aumentam significativamente. Esse fenômeno pode estar refletindo vários processos, como uma maior imigração feminina para a região, simultânea a uma maior emigração e sobre mortalidade masculinas.

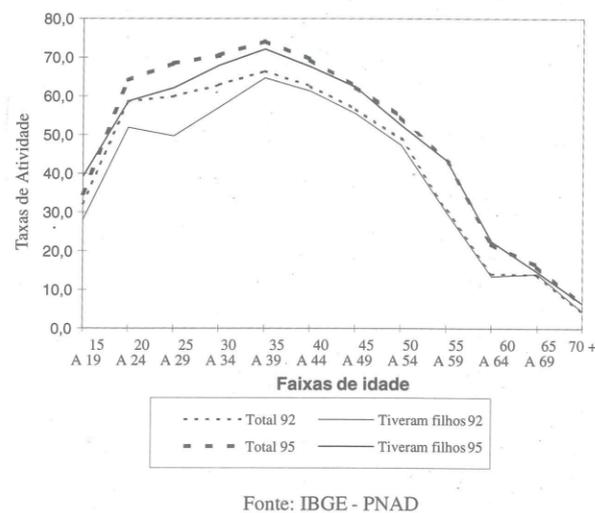
Esse crescimento mais intenso da PIA feminina foi acompanhado por um aumento expressivo das taxas de atividade das mulheres em todas as idades à exceção das com 60 anos ou mais, como já foi destacado anteriormente. A taxa bruta - no período de referência de uma semana - salta de 43,8 em 1992 para 49,0 em 1995, um aumento de 5,2 pontos percentuais em apenas três anos. Este aumento foi mais expressivo para as mulheres a partir dos 25 anos, mas a maior taxa de atividade feminina corresponde à faixa etária de 30 a 39 anos (64,7% em 1992 e 72,4% em 1995). Neste período, as taxas masculinas crescem bem menos, chegando a apresentar variação negativa ou quase nula nas faixas etárias correspondentes ao auge da vida produtiva (25 a 49 anos) (Gráfico 2).

Como resultado, a curva de participação feminina por faixa etária aproxima-se cada vez mais da masculina, o que pode ser visualizado através da comparação entre os gráficos 1 e 2. Em 1981, os picos de atividade das mulheres estavam nas faixas de 20-24 anos e 30-49 anos, ocorrendo uma redução no grupo etário de 25-29 anos, evidenciando uma retração da presença feminina no mercado de trabalho no período em que os filhos ainda são pequenos. Essa influência das responsabilidades de mãe e dona de casa sobre o trabalho feminino já não aparece em 1989, observando-se, também nos anos

90, a elevação da taxa de atividade deste grupo etário.

A importância cada vez menor dos encargos da maternidade na determinação da inserção feminina no mercado de trabalho evidencia-se mais claramente no Gráfico 3, onde são apresentadas as curvas de participação para o total das mulheres e para as mulheres que tiveram filhos. Em 1992, um ano marcado por forte recessão, ainda se observava a redução da taxa de atividade no grupo das mães entre 25 e 29 anos - mais uma vez acompanhando a tendência nacional evidenciada por Bruschini. Mas, em 1995, ela já não aparece, o que vai fazer com que as duas curvas fiquem mais parecidas.

Gráfico 3
Taxas de atividade por idade, total das mulheres e mulheres que tiveram filhos, RMS 1992 - 1995

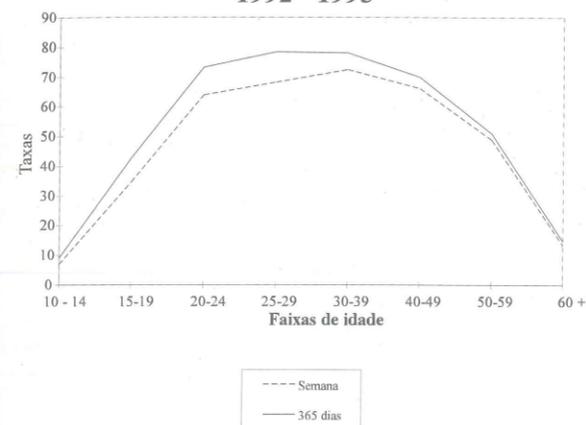


Essas diferenças entre homens e mulheres no incremento da PIA e na evolução das taxas de atividade, acima referidas, levaram a que a contribuição das mulheres ao incremento da PEA metropolitana no período 1992/95 fosse da ordem de 61,7%, superando os 70% nos grupos etários situados entre os 18 e 39 anos, nos quais, inclusive, observa-se uma redução do número de mulheres inativas. Nesses três anos, a PEA feminina cresceu a uma taxa de 7,3% ao ano, enquanto a taxa de crescimento da PEA masculina ficou em 3,3%.

Um outro aspecto da participação feminina no mundo do trabalho pode ser percebido quando compara-

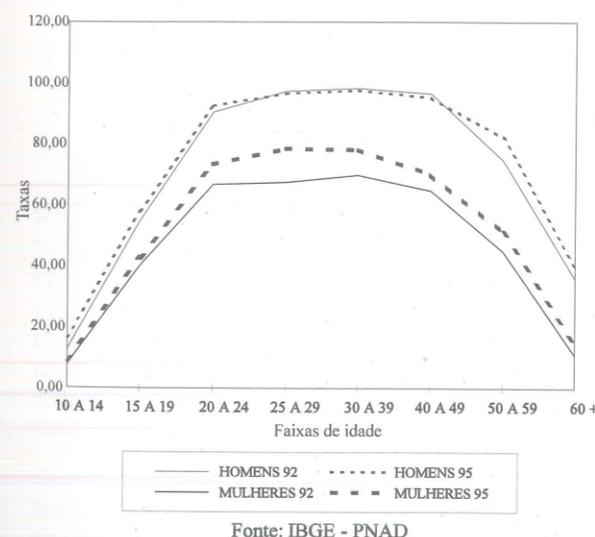
das as taxas de atividade cujo período de referência é a semana com aquelas que captam o trabalho realizado no período de um ano. (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4
Taxas de atividade femininas, segundo o período de referência, RMS 1992 - 1995



Fonte: IBGE - PNAD

Gráfico 5
Taxas de atividade por idade e sexo (365 dias), RMS 1992/95



Fonte: IBGE - PNAD

No Gráfico 4 fica evidente a relevância da variável "período de referência" para a mensuração do tra-

balho feminino. As taxas encontradas com base nos dados referidos ao período de 365 dias são mais elevadas, em todas as idades, que aquelas relativas apenas à semana da pesquisa. Em 1995, a taxa bruta de atividade era de 49,0 para o período de uma semana e de 56,6 para o período mais amplo, que "permite captar o trabalho sazonal, as intermitências de participação no mercado de trabalho, os bicos, etc" (BRUSCHINI, C, ABEP, 1996). Além disso, nas idades de 25 a 39 anos, as taxas de atividade referidas a 365 dias se aproximam de 80%.

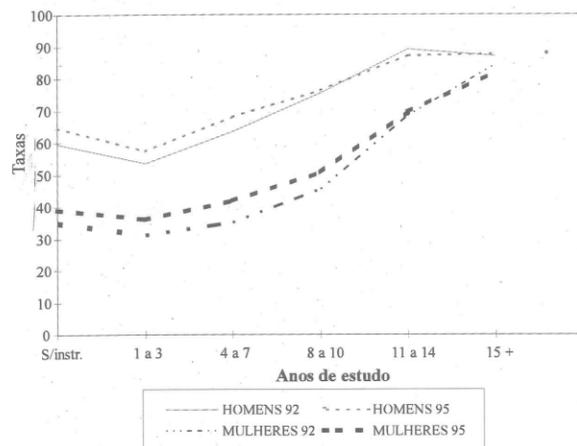
As diferenças entre as duas taxas são mais marcantes entre as mulheres jovens, de 15 a 29 anos, indicando que para muitas delas, nessa fase da vida, a combinação entre o trabalho e outras atividades vitais, como estudo e maternidade, dá-se provavelmente mediante arranjos que implicam sucessivas entradas e saídas do mercado de trabalho, não captadas pelos levantamentos que tomam apenas a semana como período de referência. Isto é evidente sobretudo no caso das mulheres com idades entre 25 e 29 anos, cuja taxa de atividade, calculada com base na referência de um ano, passa a ser a mais elevada.

Finalmente, nessa análise da participação feminina, resta considerar a incorporação diferenciada segundo a escolaridade. O Gráfico 6 mostra que, tanto para os homens quanto para as mulheres, as taxas de atividade são tão mais elevadas quanto maior o número de anos de estudo, mas esse fenômeno é mais acentuado para as pessoas do sexo feminino. Enquanto entre os homens as taxas de atividade dos "sem-instrução" equivaliam, em 1995, a 74% da taxa dos que tinham 15 anos ou mais de estudo (nível superior), entre as mulheres este percentual era de apenas 47,7%. Mesmo para aqueles com alguma escolaridade (8 a 10 anos de estudo, por exemplo), a taxa masculina está muito mais próxima da taxa dos que completaram o curso superior do que entre as mulheres - respectivamente, 87,1% e 61,9% - o que reafirma a importância da escolaridade na determinação das possibilidades de inserção das mulheres no mundo do trabalho.

Os dados para o período 1992/95, entretanto, sugerem que o peso desta variável pode estar se reduzindo, dadas as novas condições do mercado de trabalho. Com efeito, no Gráfico 6 vê-se que tanto para os homens como para as mulheres os aumentos das taxas de atividade concentraram-se na parcela da PIA com menor escolaridade - até 10 anos de estudo para os homens e até 11-14 para as mulhe-

res. Nesse período, observou-se uma surpreendente redução das taxas de atividade das mulheres com formação universitária, o que deve estar associado à retração das taxas de atividade das mulheres mais jovens, de 25 a 29 anos, como já nos referimos acima. Isto pode estar indicando que muitas mulheres que lograram atingir esse patamar de escolaridade estão optando pela inatividade, provavelmente temporária, dedicando-se à criação dos filhos ou continuando os estudos ou, ainda, que uma parte destas mulheres encontra-se em situação de desemprego por desalento, não captada pela maioria das pesquisas.

Gráfico 6
Taxas de atividade por sexo e anos de estudo, RMS 1992 - 1995



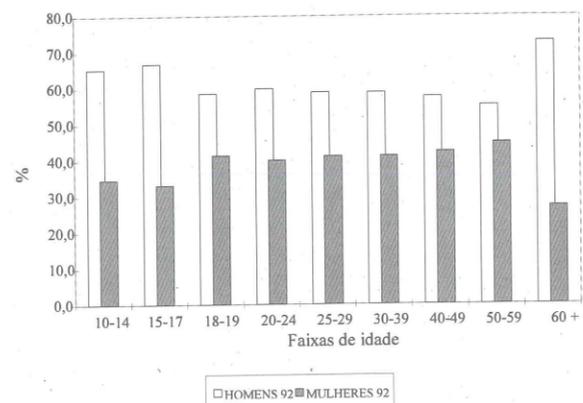
Fonte: IBGE - PNAD

As dificuldades encontradas pelas mulheres com escolaridade mais elevada nos anos 90 está evidenciada também no fato deste grupo ter sido o único que apresentou um aumento na taxa de desocupação, no período considerado. Como se verá adiante, estas dificuldades são em grande parte explicadas pelo perfil das novas ocupações que vêm sendo geradas no mercado de trabalho regional.

Observa-se também que o incremento da PEA feminina entre 1992 e 1995 foi determinado pelo incremento do contingente das ocupadas, que foi da ordem de 26,7%, o dobro do incremento verificado para os homens. Em apenas três anos, 107 mil mulheres entraram para o rol dos ocupados na RMS, representando 58,4% do incremento da ocupação ocorrido nesse período. Em consequência, as mu-

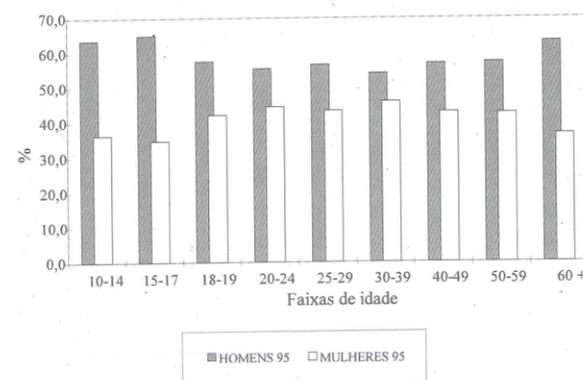
heres aumentaram a sua participação na ocupação total de 40,5% em 1992 para 43,3% em 1995. Este aumento foi mais expressivo nas faixas etárias de 20 a 39 anos e entre as mulheres com 60 anos ou mais (Gráficos 7, e 8).

Gráfico 7
Composição por idade e sexo dos ocupados, RMS 1992



Fonte: IBGE - PNAD

Gráfico 8
Composição por idade e sexo dos ocupados, RMS 1995

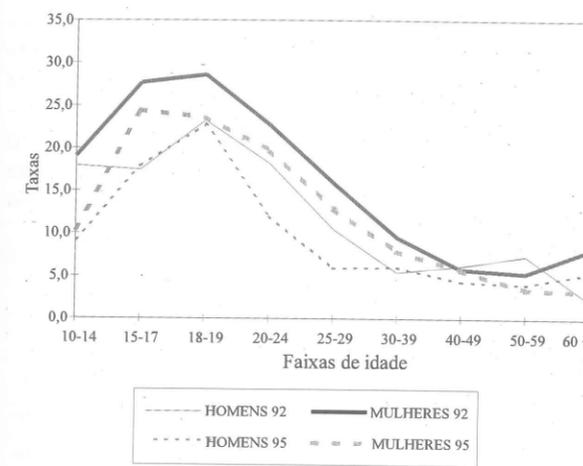


Fonte: IBGE - PNAD

Nesse período, que tem como base um ano marcado por forte recessão, como visto, ocorreu uma redução da taxa de desocupação de 11,8% para 9,6%,

decorrente da queda das taxas de ambos os sexos. Apesar disto, e do impressionante incremento da ocupação feminina, em 1995 as taxas de desocupação das mulheres se mantêm mais elevadas que a dos homens dos 10 aos 49 anos e, principalmente, entre as adolescentes de 15 a 17 anos - cuja taxa era, em 1995, de 24,4% - e entre as jovens nas idades de 20-24 anos e 25-29 anos - taxas de, respectivamente, 19,7% e 12,9% em 1995. Nas idades de 18 e 19 anos - o pico da desocupação masculina (22,8% em 1995), as mulheres apresentam a sua segunda maior taxa (23,6%). (Gráfico 9)

Gráfico 9
Taxas de desocupação por sexo e idade, RMS 1992 - 1995



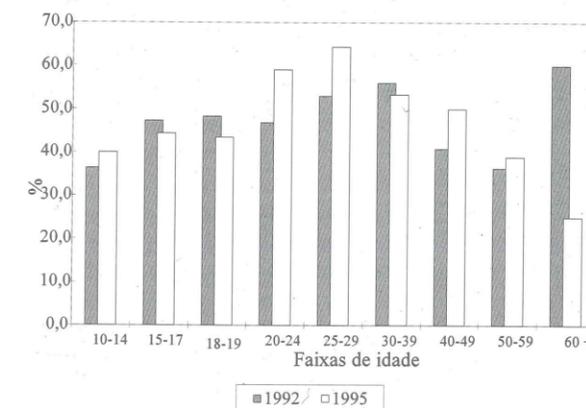
Fonte: IBGE - PNAD

A manutenção das elevadas taxas de desocupação das mulheres mostra que o mercado de trabalho da RMS não tem sido capaz de absorver, ainda que precariamente, a vigorosa expansão da oferta de mão-de-obra feminina em curso nos anos 90 e revela uma mudança fundamental na relação das mulheres com o mundo do trabalho: uma parcela crescente delas sai da condição de inatividade para a de desocupada/desempregada, tal como já acontece com os homens.

Como resultado disso, observa-se uma crescente feminilização do contingente de desocupados/desempregados na RMS: entre 1992 e 1995 a PNAD mostra que as mulheres passam a constituir a maior parcela dos desocupados - de 48,5% em 1992 para 52,7% em 1995 - chegando a representar 59,1% e

64,4% do total de desocupados nas idades situadas entre os 20-24 anos e 25-29 anos, respectivamente (Gráfico 10).

Gráfico 10
Participação feminina na desocupação, RMS 1992 - 1995



Fonte: IBGE - PNAD

Os dados mais recentes, originários de outras fontes, confirmam esta tendência: a taxa de desemprego aberto da PME mostra uma rápida aproximação entre as taxas masculina e feminina em 1996 e a ultrapassagem das mulheres no primeiro semestre de 1997. Já os dados da PED, referidos ao período de outubro de 1996 a agosto de 1997, mostram taxas de desemprego feminino muito superiores às dos homens, até os 40 anos: 43,92 e 38,48, respectivamente, para as crianças e adolescentes de 10 a 17 anos; 28,70 e 34,35 para os jovens entre 18 e 24 anos, e, finalmente, 15,26 e 20,67, para os que tinham entre 25 e 39 anos.

A manutenção das elevadas taxas de desocupação das mulheres mostra que o mercado de trabalho da RMS não tem sido capaz de absorver a vigorosa expansão da oferta de mão-de-obra feminina em curso nos anos 90.

O perfil da inserção feminina no mercado de trabalho nos anos 90

As formas de atividade produtiva sempre se distinguiram (entre outros aspectos) por uma inserção diferenciada de homens e mulheres, inicialmente caracterizada como uma divisão sexual do trabalho cuja origem se deu no interior da família. O desenvolvimento da divisão social do trabalho e a sua organização em bases capitalistas tende a dissolver as formas básicas da divisão sexual. Entretanto, como mostra uma vasta literatura existente, a estruturação do mercado de trabalho tende a preservar um conjunto de estereótipos (como a delicadeza, paciência, concentração, adaptação a atividades rotineiras, submissão, menor agressividade, etc.) que são socialmente construídos como representações simbólicas associadas à tradicional divisão sexual das tarefas existentes no interior da família. Isso leva a distinções de conjuntos de ocupações que passam a ser consideradas como adequadas às mulheres, em razão daqueles atributos e qualidades adquiridos pelas mesmas na realização de atividades da esfera reprodutiva (Kergoat, 1989; Lobo, 1991).

Quadro 1

Composição da ocupação por posição na ocupação, segundo o sexo RMS, 1992 - 1995

Período	Total	Empregados	Domésticos	Conta Própria	Empregadores	Não remunerados	Consumo Próprio	Construção uso próprio
1992								
Mulheres	100,0	51,0	20,6	22,4	1,4	3,4	0,9	0,3
Homens	100,0	68,5	1,2	23,2	3,8	2,5	0,4	0,4
1995								
Mulheres	100,0	47,7	21,4	22,8	2,3	4,7	1,1	-
Homens	100,0	65,7	1,5	23,8	4,9	3,1	0,5	0,4
Incremento 1992/95								
Mulheres	100,0	35,6	24,1	24,2	5,9	9,7	1,8	-1,3
Homens	100,0	43,6	3,9	28,7	13,9	7,8	1,3	0,8

Fonte: IBGE/PNAD.

Assim, como inúmeros pesquisadores têm mostrado, a incorporação das mulheres às atividades produtivas tende a se concentrar em certos subconjuntos de ocupações. Para o caso da Bahia, os primeiros

estudos realizados mostraram que em 1980 a participação das mulheres baianas na PEA não-agrícola correspondia às seguintes proporções: 16,6% em atividades de produção; 20,5% em atividades do comércio e circulação de mercadorias e 62,9% em atividades de consumo ou serviços, onde predominam os serviços pessoais, especialmente o serviço doméstico (Castro, Guimarães, 1987).

Para melhor visualizar as oportunidades de incorporação ao mercado de trabalho encontradas pelas mulheres na RMS - objetivo deste artigo -, proceder-se-á a uma rápida caracterização do incremento da ocupação feminina entre 1992 e 1995, mediante indicadores mais detalhados da PNAD.

Observando a posição na ocupação, vemos que a forma de inserção que mais perdeu espaço nesse período, tanto para os homens como para as mulheres, foi o assalariamento (Quadro 1). Essa redução na proporção de empregados foi, no entanto, um pouco maior entre as mulheres, apesar delas terem ocupado 53,3% das novas vagas criadas, o que se explica pelo fato do incremento do número de mulheres ocupadas ter sido, nesse período, muito maior que o dos homens, como visto anteriormente.

Ao observarmos a categoria do emprego, vemos que os dados da PNAD confirmam o que vem sendo revelado por todas as outras pesquisas e levantamentos e destacado por todos os estudos sobre o mercado de

trabalho: os anos 90 são marcados, em todo o país, pela destruição de vagas no chamado mercado formal de trabalho. Na RMS, entre 1992 e 1995, o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado decresceu (menos 4.067 pessoas) e as mulheres responderam por toda essa perda, uma vez que ocorreu um pequeno aumento no número de homens nesse tipo de emprego (mais 1326).

Deste modo, todo o aumento do emprego feminino vai se dar nas categorias de funcionário público (20 mil dos 38 mil novos empregos femininos) e na de outros empregados, a qual corresponde, principalmente, ao emprego precário, sem registro do vínculo empregatício na carteira de trabalho. Este aumento de oportunidades encontradas pelas mulheres na administração pública (elas responderam por 72,3% do incremento de ocupados neste setor entre 1992 e 1995), reafirma a importância do Estado em uma cidade como Salvador, onde este sempre se destacou na criação de empregos, inclusive durante a expansão industrial mais recente. Assim,

Na década de 80, foi exatamente o setor público - nas três esferas de governo - o principal responsável pela ampliação do mercado de trabalho formal na Bahia e na RMS. No final da década, o número de postos de trabalho, estimado a partir dos dados da RAIS, para a administração pública, na RMS, era de cerca de 173 mil, equivalentes a 29% do total de postos de trabalho existentes na região (Borges, 1993).

Essa tendência de maior permanência das mulheres nas atividades do setor público vem compensando,

até aqui, a perda de posição delas no segmento formal do setor privado, levando a que precarização do emprego feminino fosse menor que a ocorrida entre os homens. Trata-se, no entanto, de uma tendência de difícil sustentação, na medida em que os ajustes do setor público, em grande parte pautados na redução dos quadros de pessoal e na terceirização ou privatização de grande parte dos serviços hoje prestados pelo Estado, se mantêm como item prioritário na pauta dos governos, em todos os níveis.

As mudanças recentes no plano do emprego podem ainda ser captadas segundo o indicador "tamanho do estabelecimento", mensurado nas PNADs pelo número de pessoas ocupadas. Esses dados (ver Quadro 2) mostram que a maior parte dos empregos gerados nos anos 90 está concentrada nos estabelecimentos de pequeno porte com, no máximo, dez empregados, evidenciando o impacto da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho regional. Como se sabe, esse processo tem levado a um drástico enxugamento das empresas, sobretudo das de grande porte, e à externalização de atividades - processo de terceirização - em cuja esteira multiplicam-se os pequenos negócios, principalmente na área de prestação de serviços. O estímulo à expansão dos pequenos negócios vem também da estabilização monetária e do desemprego maciço, que, nos anos 90, vem atingindo empregados mais graduados, que saem do emprego com algum capital e acabam optando pela alternativa de um negócio próprio.

Quadro 2

Empregados em atividade não-agrícola, no setor privado, por número de pessoas ocupadas no trabalho principal RMS, 1992 - 1995

Discriminação	Número de pessoas ocupadas no trabalho principal					Sem Declaração
	Total	2	3 a 5	6 a 10	11 ou mais	
1992						
Mulheres	100,0	5,5	14,2	14,8	65,5	
Homens	100,0	6,5	11,8	9,1	72,5	
1995						
Mulheres	100,0	6,8	14,9	19,2	59,1	
Homens	100,0	7,4	14,2	12,4	66	0,1
Incremento 1992-1995						
Mulheres	100,0	41,1	-2,2	37,7	23,4	
Homens	100,0	52,9	-18,4	33,2	32,3	

Fonte: IBGE - PNAD.

Como pode ser observado no Quadro 2, apenas 23,4% do incremento do emprego feminino e 32,3% do masculino ocorreram em estabelecimentos com 11 ou mais empregados, resultando numa redução da proporção de empregados, que, em 1995, trabalhavam em estabelecimentos de maior porte (59,1% para as mulheres). Esta mudança é mais um elemento a configurar a perda de qualidade dos empregos gerados nos anos 90, uma vez que, como sabido, os melhores empregos, tanto em termos de salários e benefícios como de possibilidades de carreira, estão nas maiores empresas, caracterizando-se as pequenas e microempresas pelo pagamento de baixos salários, pouco ou nenhum benefício e pela burla da legislação de proteção ao trabalhador, evidenciada no elevado percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada.

Observa-se ainda a seguinte tendência quanto ao assalariamento da força de trabalho. Entre 1992 e 1995, a inserção sob a forma de empregado foi majoritária (67%) apenas para as jovens com 18 e 19 anos de idade e também expressiva para as mulheres entre 50 e 59 anos (43%). Nas idades entre 20 e 49 anos o percentual do incremento que assumiu a forma de assalariamento oscila entre 30 e 37% do total de cada grupo etário.

Em consequência da redução das oportunidades de emprego, ganharam importância, no período analisado, as demais formas de inserção, com algumas diferenças entre os gêneros. Para as mulheres, observa-se uma ampliação do já elevado percentual de Trabalhadores Domésticos, categoria de ocupação que respondeu por quase um quarto do incremento da ocupação feminina constituindo-se na forma mais importante de inserção para as mulheres entre 20 e 29 anos (cerca de 42% do total).

Neste "gueto" de mercado feminino - as mulheres representavam, em 1995, 91,6% dos 118 mil Trabalhadores Domésticos da região metropolitana - observou-se um incremento de 25% na participação masculina entre 1992 e 1995, evidenciando as condições adversas do mercado de trabalho regional, também para os homens. Assim, embora a categoria Trabalhadores Domésticos tenha respondido por apenas 3,9% do incremento da ocupação masculina no período analisado, para os jovens de 18 e 19 anos ela foi mais importante até do que para as mulheres nas mesmas idades (14,1% e 10,5%, respectivamente) e representou 15,8% do incremento de homens ocupados entre 20 e 24 anos.

Observa-se uma ampliação do já elevado percentual de Trabalhadores Domésticos, categoria de ocupação que respondeu por quase um quarto do incremento da ocupação feminina.

Nos anos 90, o trabalho por Conta Própria também aumenta a sua importância como alternativa de inserção no mercado de trabalho, tanto para homens como para mulheres (28,7% e 24,2% do incremento de ocupados, respectivamente). Esta forma foi relevante sobretudo para as adolescentes de 15 a 17 anos (mais de 40% do incremento), para as quais a inserção como empregada doméstica perde importância e para as mulheres adultas de 40 a 59 anos. Ao contrário dos homens nesta posição na ocupação, que trabalham principalmente em estabelecimentos (loja, oficina, escritório, etc) ou em local designado pelo cliente, as mulheres por Conta Própria trabalham sobretudo na própria residência (48,9% das que se encontravam nesta posição em 1995), embora tenha aumentado, entre 1992 e 1995, a proporção das que trabalham em local designado pelo cliente ou em via ou área pública (31,9% do incremento feminino de ocupados por conta própria).

Cabe destacar ainda duas formas de inserção que, apesar de serem proporcionalmente pouco significativas na ocupação feminina, foram as que mais ampliaram sua participação no período estudado. A posição de empregador, que representou 5,9% do incremento, evidenciando que as mulheres da RMS também vêm participando do movimento de expansão de pequenos negócios, deflagrado tanto pela estabilização monetária como pela redução da oferta de empregos. Entre 1992 e 1995, o percentual de mulheres empregadoras passou de 1,4% para 2,3% e entre os homens de 3,8 para 4,9%. As empregadoras são, principalmente, mulheres com mais de 30 anos - 16% do incremento das mulheres ocupadas com idade entre 40 e 49 anos -, com negócios no ramo de atividade "Social", que inclui os serviços de educação e saúde (31,6%, em 1995), na Prestação de Serviços (22,8%), e no Comércio (19,3%). Enfim, no período analisado, aumenta sobretudo o

número de empregadoras nas atividades do "Social" e dos Serviços Auxiliares da Atividade Econômica - serviços jurídicos, contábeis, de engenharia e arquitetura, publicidade, consultoria, pesquisa, etc. - e surgem as primeiras empreendedoras no setor da Construção Civil. É interessante registrar que a maioria dos negócios comandados por mulheres tem como local "loja, oficina, escritório, galpão, etc.", sendo insignificante a proporção dos negócios que funcionam "no próprio domicílio onde moravam".

Finalmente, destaca-se a expansão da categoria de ocupados Não-remunerados, que representou impressionantes 9,7% do incremento da ocupação feminina entre 1992 e 1995 e 7,8% da masculina. Trata-se de uma forma de inserção importante sobretudo para as crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, de ambos os sexos. Observe-se, entretanto, que se para os homens esta posição na ocupação é residual a partir dos 20 anos, para as mulheres, embora minoritário, o trabalho não-remunerado ainda se mantém como alternativa na vida adulta e, sobretudo, nas idades mais avançadas (em 1995, encontravam-se nesta posição 5,6% e 6,6% das ocupadas nas faixas etárias de 50 a 59 anos e com 60 anos ou mais, respectivamente).

Em comparação com a tendência nacional, observou-se que o setor da prestação de serviços continua sendo predominante no emprego das mulheres, mas em leve declínio (31% em 1990 para 29% em 1993) sendo que cerca de 60% das mulheres ocupadas nesse setor são empregadas domésticas com predominância da faixa de 15 a 19 anos.

Quanto ao setor de atividade, no período analisado, o incremento da ocupação feminina esteve concentrado no setor de Prestação de Serviços (45,4%), no Comércio (21,9%) e nas Atividades Sociais (18,5%). A contribuição de apenas 3,4% da administração pública indica que o incremento do número de funcionárias públicas, anteriormente comentado, ocorreu, principalmente, nas atividades de prestação dos serviços de educação, saúde e assistência social, computadas nas PNADs no setor Social.

A incorporação no setor de Prestação de Serviços deu-se sobretudo sob a forma de trabalho doméstico (53,2% do incremento), trabalho por conta própria (18,8%) e apenas 15,4% sob a forma de empregado no setor privado. No Comércio, 38,7% do incremento da ocupação feminina referiu-se à posição de empregado e 48,2% à de trabalhador por conta própria. Quanto às atividades do setor Social,

73,2% do incremento corresponderam à condição de empregado e 15,4% à de empregadores.

O Quadro 3 sintetiza as principais alternativas de inserção feminina no mercado de trabalho regional, as quais, quando somadas, correspondem a 87,8% do incremento de mulheres ocupadas entre 1992 e 1995.

Quadro 3

Principais formas de inserção feminina no mercado de trabalho

RMS, 1992 - 1995

Formas de inserção	Percentual
Trabalhadoras domésticas	24,1
Empregadas nas atividades do "Social"	13,5
Conta Própria no Comércio	10,6
Não Remuneradas	9,7
Conta Própria em Prestação de Serviços	8,5
Empregadas no Comércio	8,5
Empregadas na Prestação de Serviços	7,0
Empregadoras	5,9
Subtotal	87,8

Fonte: IBGE - PNAD.

Essa distribuição setorial do incremento da ocupação nos anos 90 levou a algumas alterações na presença feminina nos diversos setores de atividade. Observa-se um aumento da proporção de mulheres principalmente na Indústria de Transformação - o que pode estar indicando que os ajustes neste setor atingiram sobretudo os homens -, na administração pública e no Comércio e uma redução nos Serviços Auxiliares da Atividade Econômica, na Construção Civil e no agregado Outras Atividades. Essas mudanças, no entanto, não alteraram substancialmente a distribuição desigual de homens e mulheres entre os vários setores: em 1995, estas últimas continuam a constituir a maior parcela dos ocupados no setor Social (73,9%), nos Serviços Auxiliares da Atividade Econômica (61,1%) e na Prestação de Serviços (59,1%), enquanto as atividades ligadas ao setor secundário (Construção Civil, Indústria de Transformação e Outras Atividades Industriais) e aos serviços de Transportes e Comunicações se mantêm como espaços majoritariamente masculinos.

Seguindo-se mais uma vez o marco comparativo com a tendência observada no plano nacional, cha-

ma-se atenção para algumas diferenças importantes com relação às mudanças destacadas por Bruschini para o conjunto do país, diferenças estas que são explicadas pelo perfil da economia da RMS e do seu mercado de trabalho. Nesta região, o percentual de mulheres na Indústria de Transformação mantém-se praticamente inalterado (cerca de 5,3% em 1995) e muito abaixo daquele observado para o Brasil (13,7% em 1990 e 10% em 1995); a Prestação de Serviços continua sendo o setor mais importante na absorção da mão-de-obra feminina, tanto no Brasil como na RMS, mas não ocorre nesta região o declínio observado por Bruschini para o país (de 31% em 1990 para 29% em 1993), registrando-se, pelo contrário, um pequeno aumento do percentual de mulheres inseridas nestas atividades (de 38,3% em 1992 para 39,8% em 1995). Quanto às atividades do setor Social, o segundo em importância em termos de ocupação feminina, também na RMS registrou-se um decréscimo nos anos 90 (de 20,2% para 19,9% entre 1992 e 1995), porém bem menos expressivo que o ocorrido no conjunto do país (19% em 1990 e 16% em 1993).

Quadro 4
Mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de anos de estudo, segundo classes de rendimento
RMS, 1992 - 1995

Classes de rendimento	Total	Mulheres ocupadas por anos de estudo					
		Sem Instr. e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Composição em 1992	100,0*	10,3	14,2	24,6	13,2	28,2	9,1
Sem Rend + Menos de 1 SM	48,1	74,7	76,8	63,5	46,7	25,6	2,5
Sem Rend + Menos de 2 SM	73,0	94,4	94,3	91,3	81,2	54,9	8,9
Mais de 10 SM	2,4	0,0	0,0	0,0	0,4	2,5	17,8
Composição em 1995	100,0*	8,5	15,2	26,7	13,2	28,0	8,3
Sem Rend + Menos de 1 SM	47,5	77,8	72,0	65,9	48,9	20,6	1,5
Sem Rend + Menos de 2 SM	70,6	96,6	91,4	91,0	74,0	50,4	3,9
Mais de 10 SM	4,5	0,0	0,0	0,2	0,0	4,5	37,7
Composição do incremento	100,0*	1,6	18,7	34,6	13,1	27,2	5,6

Fonte: IBGE - PNAD

* Inclui anos de estudo não-determinados

Além desses, outros dados ajudam a melhor caracterizar o perfil da ocupação feminina nos anos 90: mais da metade do incremento observado no período analisado corresponde a ocupadas com remuneração

entre meio e um salário mínimo (17,5% entre os homens) e 16,5% a trabalhadoras com rendimentos entre um e dois salários mínimos

Os ganhos propiciados pelo plano de estabilização aparecem, principalmente, na redução da proporção de mulheres com rendimentos inferiores a meio salário mínimo e na ampliação do contingente na classe de rendimento imediatamente superior da distribuição de renda. E, no extremo superior, na ampliação do reduzido percentual de ocupadas que ganham mais de dez salários mínimos por mês.

Como pode ser visto no Quadro 4, tanto em 1992 como em 1995, nos grupos com até 7 anos de escolaridade, mais de 90% das ocupadas ganhavam menos de dois salários mínimos, sendo que, no grupo de 4 a 7 anos de estudo (ginásio incompleto), onde concentraram-se 34,6% do incremento do período analisado, o percentual de mulheres com menos de um salário mínimo ou sem rendimento e o das que ganham até dois salários mínimos mantêm-se praticamente inalterados.

Já para as ocupadas com nível universitário os ganhos salariais foram mais expressivos: entre 1992 e 1995 o percentual das que ganhavam mais de dez salários mínimos salta de 17,8% para 37,7%, mas

ainda permanece muito inferior à proporção de homens com igual escolaridade nesta classe de rendimento (62,6% em 1995).

Outro dado revelador da precarização do mercado de trabalho nos anos 90 é a redução do percentual de ocupados que contribuem para a previdência. Os contribuintes da previdência correspondem a apenas 30,8% do incremento da ocupação entre 1992 e 1995, sendo esse percentual um pouco mais elevado para as mulheres que para os homens. Essa diferença pode ser explicada pela maior incorporação de mulheres no serviço público, mais do que compensando a redução do número de empregadas com carteira de trabalho assinada no setor privado. Apesar disso, como o contingente de mulheres que se incorporou ao mercado de trabalho em atividades "informais" foi maior do que o dos homens (em 1995),

trabalham menos de 14 horas por semana (de 4,3% para 5,7%) indicando que, mesmo para as mulheres que dedicam a maior parte do seu tempo a outras atividades como os afazeres domésticos, criação dos filhos e/ou estudo, a participação no mercado de trabalho ganha cada vez maior relevância. Mas este dado pode estar revelando também a dificuldade de encontrar um emprego ou ocupação com uma jornada maior, por parte de muitas mulheres que gostariam de fazê-lo.

Por outro lado, como mostra o Quadro 5, em apenas três anos ampliou-se também (de 16,4% para 19,8%) a proporção de mulheres com jornadas muito longas (mais de 49 horas semanais), enquanto caiu a proporção de homens nessa classe de horas trabalhadas (de 25,1% para 22,1%).

Quadro 5
Ocupados na semana de referência, por grupos de horas trabalhadas, segundo o sexo
RMS, 1992 - 1995

Período	Horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos						Sem declaração
	Total	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	
1992							
Homens	100,0	1,2	16,0	33,5	24,0	25,1	0,2
Mulheres	100,0	4,2	33,8	28,6	16,9	16,4	0,1
1995							
Homens	100,0	2,2	14,8	36,6	24,2	22,1	0,0
Mulheres	100,0	5,4	32,1	27,6	15,1	19,8	0,0
Incremento 1992/95							
Homens	100,0	9,6	5,4	60,6	25,9	-0,5	-0,9
Mulheres	100,0	10,2	25,4	23,7	8,5	32,4	-0,2

IBGE - PNAD.

mais da metade das mulheres trabalhavam sem qualquer tipo de proteção social (54,1%), enquanto, entre os homens, esta proporção era de 43,9%. Observe-se ainda que, tanto para os homens como para as mulheres, no incremento da ocupação ocorrido nos anos 90, o percentual de não-contribuintes é mais elevado entre os jovens entre 20 e 24 anos (97%) e entre os que estão na faixa de 25 a 29 (85%).

Quanto ao número de horas trabalhadas, os dados das PNADs mostram que, no período considerado, foram significativas as mudanças nos extremos da jornada. Ampliou-se o contingente de mulheres que

Conclusões

Uma primeira análise dos dados das PNADs mostrou, para os anos 90, a continuidade do movimento de inserção da mulher no mercado de trabalho regional, movimento que já tinha sido intenso na década passada. Este aumento expressivo da participação feminina ocorre, no entanto, num contexto marcado por profundas transformações no mercado de trabalho, que têm-se traduzido numa crescente flexibilização dos vínculos empregatícios e na ampliação dos contingentes de trabalhadores em ativi-

dades informais, bem como na elevação das taxas de desemprego.

Desse modo, embora os dados sinalizem a ampliação das oportunidades de trabalho para as mulheres e, em alguns aspectos, a redução das desigualdades de gênero, nesse novo contexto tais conquistas se esmaecem quando observamos a qualidade da maioria dos postos de trabalho disponíveis para as mulheres e temos indícios de que as desigualdades se reduzem não tanto pela melhoria das posições femininas no mercado de trabalho, mas, principalmente, pelas perdas sofridas pelos homens, cujas melhores posições no mercado de trabalho vêm sendo duramente atingidas pelas transformações em curso (BORGES, 1996).

Embora a confirmação dessa hipótese dependa de uma análise mais detalhada desses e de outros dados sobre o comportamento recente do mercado de trabalho, a conclusão a que se chega nessa primeira abordagem do trabalho feminino nos anos 90 é que talvez seja mais prudente comemorar menos alguns avanços - como o aumento das taxas de atividade femininas e a explosão do número de ocupadas na RMS - e focar mais a análise nas teses que procuram mostrar como as mudanças em curso na economia globalizada vêm reforçando os traços mais negativos do processo de inserção das mulheres no mundo do trabalho.

Nesse sentido e indo além das análises que vêm chamando a atenção para um processo de feminilização da pobreza, - ver análises da OIT - talvez pudéssemos concluir que está se processando uma feminilização do mundo de trabalho, não apenas pela ampliação dos contingentes de mulheres que o integram, mas também no sentido de que o capitalismo vem generalizando - para homens e mulheres - o padrão mais tipicamente "feminino" de incorporação ao mercado de trabalho: empregos ou ocupações de baixa qualidade (desproteção social, baixa remuneração, jornada parcial, escassas possibilidades de carreira, baixo nível de organização). E, nesse novo mundo do trabalho, ainda que, como visto, as desigualdades de gênero possam parecer

menores, as mulheres ainda se mantêm numa posição desvantajosa, como atestam as elevadíssimas taxas de desemprego feminino.

Nota

¹ Sobre o papel historicamente desempenhado pelo Estado em Salvador, ver Guimarães, 1991 e outros.

Referências Bibliográficas:

- BORGES, Ângela. Trabalho e renda nos anos 90: novos horizontes de exclusão. *Análise&Dados*, V.3, n.3, Salvador, 1993.
- _____. As novas tendências do mercado de trabalho formal. *Análise&Dados*, V.6, n.3, Salvador, 1996.
- _____. FILGUEIRAS, L. Mercado de Trabalho nos anos 90: O caso da RMS. *Análise&Dados*, Salvador, V.5, n.3, 1995.
- BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90, Caxambu: ABEP, Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996.
- CASTRO, Nádyá, GUIMARÃES, Iracema. O que é que a baiana faz? Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas. *Caderno CRH*. Salvador: CRH/UFBA, , n.5, 1987.
- COSTA, Letícia B. Absorção diferencial da mulher no mercado de trabalho, Caxambu: ABEP, Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996.
- GUIMARÃES, Iracema Brandão. Características de um mercado de trabalho e participação familiar. *Caderno CRH*. Salvador: CRH/UFBA, n.14, jan-jun. 1991 (Ed. Fator).
- LAVINAS, Lena, MATESCO, V. A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho. Rio: IPEA, 1995.
- LOBO, Elizabeth Souza. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense/SMC, 1991.
- OIT. Las mujeres engrossan la categoría de trabajadores desfavorecidos. *Revista Trabajo*. n.17, 1996.
- _____. La feminización de la pobreza. *Utiles de Prensa*, 1995.
- _____. La Mujer y el mundo del trabajo: los costos sociales de un verdadero progreso. *Utiles de Prensa*, 1995.

*Angela Borges é socióloga da SEI e professora de sociologia na UCSAL e na FACS.

**Iracema Brandão Guimarães é professora do Departamento e do Mestrado em Sociologia da UFBA.